



Caderno de Provas

CCMN 12 – NS

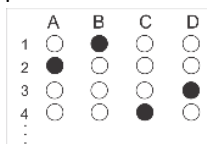
ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – ECONOMISTA

Edital Nº. 001/2023 –
Câmara Municipal de Natal/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 10 (dez) questões de Lógica e 20 (vinte) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	20 pontos
Lógica	10 questões	20 pontos
Conhecimentos específicos	20 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto a seguir.

TEXTO

A cor da injustiça ambiental no Brasil

Carolina Azevedo e Samantha Prado

Na semana do Carnaval, o litoral norte de São Paulo foi afetado por um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil. Foram mais de 680 milímetros de chuva acumulados no período de 24 horas, o maior registro do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) no país até o momento – o que resultou na devastação de diversas áreas nas cidades de Guarujá, Bertioga, São Sebastião, Caraguatatuba, Ilhabela e Ubatuba. Ao todo foram 65 mortos e mais de 2 mil pessoas entre desabrigados e desalojados.

A situação não pode ser lida apenas como um evento extremo isolado. Desastres bastante similares têm ocorrido nos últimos anos, como as inundações em Petrópolis (RJ) e Pernambuco em 2022. O que esses episódios têm em comum? Os mais afetados são majoritariamente a população pobre e negra.

Com o objetivo de analisar como os efeitos da crise ambiental se manifestam de forma territorialmente desigual, impactando desproporcionalmente certas populações a depender do seu grau de vulnerabilidade, o Instituto Pólis realizou o estudo “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades”. De acordo com a pesquisa, esse desequilíbrio é, em parte, a expressão da injustiça e do racismo ambientais nas cidades brasileiras. “Temos visto nos últimos anos, especialmente no verão, diversos desastres no país – e também quais foram suas vítimas. Acompanhamos um agravamento das situações e, com certeza, o negacionismo no momento de compreender as mudanças climáticas e seus impactos urbanos está dentro da lógica de como construímos as nossas cidades”, declara Maria Gabriela Feitosa dos Santos, uma das pesquisadoras que fez parte da produção do estudo.

Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras. Observando o censo do IBGE de 2010, é possível ver que a renda é maior nas áreas onde a população residente é mais branca do que negra – territórios que condizem com condições de urbanização e saneamento melhores, contando com maior investimento público. Mais dados do censo mostram que os chamados aglomerados subnormais, áreas caracterizadas por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação, reiteram o padrão territorial observado. Nas três cidades estudadas pelo Instituto Pólis – São Paulo, Recife e Belém –, o percentual de pessoas negras que residem em áreas desse tipo supera as médias de cada município, evidenciando a tendência de concentração desse grupo nesses territórios.

Em outras palavras, a distribuição demográfica e racial das cidades evidencia que a população negra vive em piores condições ambientais e com menos recursos financeiros para lidar com os impactos de eventuais emergências ou desastres – colocando-a em situação de vulnerabilidade. “Por estarmos em uma sociedade racialmente estruturada, a desigualdade social é um instrumento que opera de acordo com essa lógica. Isso pode ser visto sobretudo no funcionamento da expansão imobiliária”, diz Maria Gabriela. As áreas onde o mercado imobiliário não tem interesse acabam sendo esquecidas pelo poder público, deixadas de lado no quesito de criação de infraestrutura e, por isso, tornam-se locais mais baratos e viáveis para serem ocupados pela população mais vulnerabilizada. “Essa desigualdade gera riscos socialmente produzidos. São escolhas feitas pelas políticas urbanas que a gente tem adotado e implementado, gerando uma lógica de ocupação de risco”, completa Feitosa dos Santos.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Todo esse quadro expõe a forma como os conceitos de justiça socioambiental e racismo ambiental são intrincados: enquanto o primeiro caracteriza a produção de impactos desiguais pelo meio ambiente, que sobrecarregam grupos minoritários e a população de baixa renda; o racismo ambiental evidencia as consequências dessas degradações, concentradas em bairros e territórios periféricos, onde vivem famílias mais pobres e há maior concentração de pessoas negras, indígenas e quilombolas.

Para além do déficit habitacional, está a diferença de tratamento entre comunidades de baixa renda e condomínios de luxo em áreas sujeitas a desastres ambientais. Não bastando serem proibidas pela classe média e alta de construir moradia nas faixas de terra mais seguras, populações assentadas em áreas de risco ambiental são frequentemente retiradas à força e sem qualquer garantia de direitos, enquanto moradores de condomínios e chácaras são tratados por autoridades com complacência.

Esse é o caso de moradores das margens da Represa Billings, no extremo sul da cidade de São Paulo. Segundo mapeamento do Instituto Pólis, comunidades de baixa-renda do Jardim Noronha receberam de autoridades quatro ameaças de remoção, dada a fragilidade ambiental e o risco apresentado pela área de mananciais. O tratamento, no entanto, não se estendeu para o loteamento de chácaras Jardim Moraes Prado, bairro vizinho também colado à represa. O caso evidencia que a intervenção pública é também pautada pelo racismo ambiental, como explica Feitosa dos Santos: “Há uma tendência de criminalização de muitas dessas áreas em detrimento de ocupações de alto padrão que dividem a mesma área e ainda assim não são alvo da mesma criminalização que acontece com as ocupações. É necessário compreender esse cenário e incluir a população marginalizada dentro dessa demanda.”

Ou seja, no contexto de desastres climáticos como as chuvas que assolaram o litoral paulista, políticas paliativas voltadas para regiões ricas das cidades não são o bastante, dado que as mudanças climáticas continuarão agravando a situação de comunidades periféricas a cada ano. “É necessário que se reverta essa lógica de políticas paliativas por políticas perenes, que antecedam esses fenômenos. Elas não necessariamente vão evitar mas vão dar capacidade de resiliência a essa população”, defende a pesquisadora.

Para isso, é necessário entender a crise climática a partir de uma perspectiva social e racial, como propõe o Instituto Perifa Sustentável, que reivindica a democratização e a representatividade das juventudes nos locais de tomada de decisão em relação a políticas ambientais. Amanda Costa, diretora executiva do instituto, advoga: “Falar de clima é falar de um direito básico. Quando pensamos em direitos básicos pensamos em saúde, educação, transporte, mas o clima é uma questão transversal, que afeta todas as outras.” Como respostas, a ativista sustenta inverter a lógica que permeia a elaboração de políticas públicas nas cidades: partindo mais frequentemente de regiões ricas e majoritariamente brancas, políticas ambientais e sanitárias precisam colocar a periferia no centro.

No entanto, em uma sociedade estruturalmente racista, quem mais sofre menos é ouvido. Os espaços de debate ambiental e de elaboração de políticas públicas ainda são dominados por homens brancos, como conta Mahryan Sampaio, do Instituto Perifa Sustentável: “O fato de eu dialogar com pessoas que não têm a mesma cor que eu mas estão ocupando os espaços de poder é um caso de racismo ambiental. Recentemente, Marina Silva nos convidou para conversar com os patriarcas e as matriarcas do ambientalismo brasileiro. Nós éramos as únicas pessoas pretas e jovens. Isso é racismo ambiental”.

Para que populações periféricas possam viver com dignidade nas cidades brasileiras, é necessário pensar na questão climática de maneira interseccional, pois a injustiça ambiental no Brasil tem cor. Será apenas colocando pessoas pretas, indígenas e periféricas nos locais de tomada de decisão que discussões levantadas em fóruns como a COP 26 – da qual as ativistas do Perifa Sustentável participaram – podem se reverter em políticas efetivas de combate a desastres climáticos e tantas outras questões do dia a dia na periferia, das ruas tomadas por lixo ao problema do saneamento básico. “Colocar essas pessoas no poder é olhar para a base, para quem está no território e entende sua complexidade. O olhar que está lá tem cor e é limitado, pouco diverso, ele não inclui. Esse é um momento histórico para a questão ambiental, que viu um grande desmonte nos últimos quatro anos”, completa Costa.

Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-cor-da-injustica-ambiental-no-brasil/>>. Acesso em: 3 de mar. 2023. [Adaptado]

01. Para compreender o título do texto, o leitor

- A) deve considerar, tão somente, o seu conhecimento linguístico.
- B) deve considerar, tão somente, o sentido metonímico da expressão “cor da injustiça”.
- C) deve, além de recuperar o sentido denotativo, considerar as informações contidas no texto.
- D) deve, além de recuperar o sentido conotativo, considerar as informações desenvolvidas no texto.

02. A intenção prioritária do texto é

- A) discordar da discussão sobre “Racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” desenvolvida pelo Instituto Pólis.
- B) apresentar os resultados de um estudo desenvolvido em três capitais brasileiras de regiões distintas, sobre Racismo ambiental e justiça socioambiental.
- C) desenvolver uma opinião totalmente alicerçada em dados apresentados pelo estudo desenvolvido pelo Instituto Pólis e pelo IBGE.
- D) concordar parcialmente com o ponto de vista dos que defendem que há um tratamento diferenciado em relação à distribuição demográfica e racial das cidades.

03. A discussão desenvolvida no texto é realizada a partir de uma questão

- A) polêmica: o que os desastres ambientais têm de intersecção?
- B) polêmica: a justiça ambiental no Brasil opera de maneira desigual?
- C) não polêmica: como o racismo ambiental impacta na vida da população negra?
- D) não polêmica: por que os desastres ambientais atingem apenas a população pobre e negra?

04. De acordo com o texto, é possível inferir que

- A) a elaboração de políticas públicas jamais será dominada por homens pretos.
- B) os debates ambientais eram conduzidos majoritariamente por homens brancos
- C) a elaboração de políticas públicas já é conduzida por homens pretos.
- D) os espaços de debates ambientais já foram exclusivamente dominados por homens brancos.

05. No período “**Existe um padrão recorrente inegável quanto à distribuição territorial da população nas cidades brasileiras**”,

- A) o sujeito do verbo “**existir**” foi flexionado no singular por se encontrar elíptico.
- B) o verbo “**existir**” não tem sujeito por ser um verbo impessoal, tal qual o verbo “**haver**”.
- C) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como sujeito do verbo “**existir**”.
- D) a expressão “**um padrão recorrente inegável**” funciona como objeto direto do verbo “**existir**”.

- 06.** Considerando o texto em sua totalidade, a sequência dominante apresenta-se estruturada em
- A) apresentação de ponto de vista, de argumentos por meio de dados e de conclusão.
 - B) problematização inicial, explicações ao questionamento proposto e avaliação do problema.
 - C) revelação do tema, enumeração das características relacionadas ao problema e retomada do tema.
 - D) apresentação de um problema, das ações relacionadas ao problema, da resolução e da avaliação do problema.
- 07.** Nos parágrafos 9 e 12, o conector “**no entanto**” é utilizado para interligar
- A) períodos, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - B) orações, estabelecendo relações sintáticas distintas.
 - C) respectivamente períodos e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
 - D) respectivamente orações e parágrafos, estabelecendo a mesma relação semântica.
- 08.** No quinto parágrafo, as informações são introduzidas pela expressão “**em outras palavras**” e, no décimo parágrafo, pela expressão “**ou seja**”. Essas expressões são
- A) sinônimas e têm a função de explicitar informações apresentadas anteriormente.
 - B) sinônimas e têm a função de retificar informações que foram apresentadas anteriormente.
 - C) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira acrescenta dados complementares, e a segunda explicita informações apresentadas anteriormente.
 - D) utilizadas para estabelecer relações de sentido distintas: a primeira parafraseia o parágrafo anterior, e a segunda retifica informações apresentadas anteriormente.
- 09.** A ideia central do primeiro parágrafo encontra-se
- A) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - B) explícita no primeiro período e é desenvolvida nos dois períodos seguintes; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual narrativo.
 - C) explícita no último período e sintetiza as informações contidas nos dois períodos anteriores; os três períodos apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.
 - D) implícita, e os três períodos, que o constituem, apresentam características predominantes do tipo textual descritivo.

10. Considere o parágrafo abaixo.

A localização e as características dos aglomerados subnormais nas três cidades analisadas ilustram como a ocupação de áreas de potencial risco são apropriadas pela população vulnerabilizada como alternativa para a questão habitacional não tratada pelo Estado. Em São Paulo, o IBGE aponta que 355.756 domicílios em aglomerados subnormais encontram-se em áreas de encosta e margens de rios, córregos e lagos. É importante ressaltar que a ocupação de áreas de risco não advém de uma escolha, mas sim da total falta de alternativas habitacionais. “Chamamos atenção para a questão do déficit habitacional. Pessoas e famílias residem em áreas inapropriadas como uma última alternativa, uma resposta própria à questão habitacional que historicamente não tem sido equacionada pelo Estado como deveria ser”, diz a pesquisadora.

Nesse parágrafo, há presença

- A) tão somente de uma citação direta, que se coaduna com o pensamento das autoras e se caracteriza pela transcrição das palavras da fonte citada e pelo uso de aspas.
- B) tão somente de uma citação indireta, que se contrapõe ao pensamento das autoras e se caracteriza pela paráfrase do pensamento da fonte citada.
- C) de duas citações indiretas, que se contrapõem ao pensamento das autoras e são caracterizadas pela paráfrase do pensamento da fonte citada pelo uso de aspas.
- D) de uma citação direta e outra indireta, que se coadunam com o pensamento das autoras e são caracterizadas por serem introduzidas por um verbo de dizer.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. A sequência a seguir possui cinco palavras de seis letras e obedece a um princípio lógico: CABEÇA, FEDIDO, BIFASE, INHAME, X. A palavra que substitui, correntemente, o X é
- A) REGALO.
B) CAJADO.
C) VIROSE.
D) FALADA.

12. Considere a construção da tabela-verdade abaixo

Linha	A	B	C	$A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$
1	V	V	V	
2	V	V	F	
3	V	F	V	
4	V	F	F	
5	F	V	V	
6	F	V	F	
7	F	F	V	
8	F	F	F	

Os resultados obtidos para a proposição $A \rightarrow (A \rightarrow \sim C) \leftrightarrow (B \vee C)$, na ordem crescente das linhas ímpares, são

- A) FFVF.
B) FVVV.
C) FFVV.
D) VFFV.
13. Três amigos resolveram fazer o concurso da Câmara Municipal de Natal-RN. O primeiro mora em Parnamirim; o segundo, em Macaíba; e o terceiro, em Natal. Os nomes desses amigos são Abel, Beto e Carlos. Os três possuem formações acadêmicas distintas e concorrerão a vagas diferentes no concurso: jornalista, contador e administrador. Sobre os três amigos, sabem-se as informações abaixo.:
- O que mora, em Parnamirim, nem é contador nem administrador;
 - O que mora, em Macaíba, não se chama Carlos nem Beto;
 - Nem Beto nem o contador moram em Natal.

A partir dessas informações, conclui-se que

- A) Abel mora em Macaíba e é jornalista.
B) Carlos mora em Parnamirim e é contador.
C) Abel mora em Natal e é administrador.
D) Beto mora em Parnamirim e é jornalista.
14. A negação da frase: “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro” é:
- A) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste ou seu povo não é o mais hospitaleiro”.
B) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo é o mais hospitaleiro”.
C) “Natal não é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.
D) “Natal é a cidade mais bonita do Nordeste e seu povo não é o mais hospitaleiro”.

15. Se a afirmação (I) “Se eu sou potiguar, sou nordestino” é dada como verdadeira, então, a afirmação (II)

- A) “Se eu não sou potiguar, sou nordestino” é verdadeira.
- B) “Se eu não sou nordestino, sou potiguar” é verdadeira.
- C) “Se eu não sou potiguar, não sou nordestino” é equivalente à afirmativa (I).
- D) “Se eu não sou nordestino, não sou potiguar” é equivalente à afirmativa (I).

16. Os números distribuídos nas linhas e colunas do quadro a seguir obedecem a determinados padrões.

3	7	7	A
B	11	23	12
7	15	C	32
9	D	79	60

A soma dos números que ocupam o lugar das letras A, B, C e D é igual a

















- A) 42.
 - B) 71.
 - C) 99.
 - D) 84.
17. Em um concurso público, estão disponíveis três vagas para Assistente Geral, cuja exigência é que os aprovados tenham curso superior. Na fase final do concurso, ficaram classificados seis candidatos com formação em Direito, oito candidatos com formação em Administração e dez candidatos com formação em Engenharia. Todos esses candidatos estavam empatados em todos os parâmetros previstos e, nesse caso, de acordo com o edital, o preenchimento das vagas deve ser feito por sorteio. Sorteando aleatoriamente três candidatos entre esses classificados, a probabilidade que as vagas sejam preenchidas por um candidato de cada formação é

- A) 3/352.
- B) 1/160.
- C) 24/235.
- D) 60/253.

18. Uma frase que, logicamente, não representa uma contingência é:

- A) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.
- B) Se Natal é a capital do RN, então Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita.
- C) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Parnamirim é bonita.
- D) Se Natal é a capital do RN ou Parnamirim é bonita, então Natal é a capital do RN e Parnamirim é bonita.

19. No quadro abaixo, cada figura representa o valor de um número natural. Os números da coluna à direita do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas linhas, e os números da linha abaixo do quadro representam a soma dos valores das quatro figuras em cada uma das respectivas colunas.

				22
				9
				16
				15
18	20	13	11	

Dadas essas informações, considere a seguinte operação:

$$2 \times \text{diamond with cross} + \text{sun} - \text{circle with dot}$$

O valor correspondente dessa operação é

- A) 13.
 B) 10.
 C) 14.
 D) 15.
20. Três amigos foram juntos a um evento. Chegando lá, descobriram que, para entrar, obrigatoriamente, os convidados deveriam ser maiores de 18 anos. Se José é maior de 18 anos, então João é menor. Se José é menor de 18 anos, então João é maior. Se José é maior de 18 anos, Jair é menor. Se José é menor de 18 anos, então Jair é maior. Se João é menor de 18 anos, então Jair é maior. Sendo assim, puderam entrar no evento
- A) somente José e João.
 B) somente João e Jair.
 C) somente José e Jair.
 D) os três amigos.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ASSISTENTE LEGISLATIVO (ALNS) – ECONOMISTA

21. Na teoria keynesiana, a abordagem da moeda como instrumento de troca é justificada por motivos que determinam a demanda por moeda. Ao introduzir o motivo especulativo, John Maynard Keynes concluiu que
- A) a decisão dos agentes por manter moeda para transações depende do fluxo de recebimentos e do montante de renda recebida, sendo a demanda por moeda decorrente dessa defasagem transacional por período de tempo.
 - B) as pessoas apresentam maior propensão em manter os seus recursos na forma monetária nos períodos em que os preços dos títulos se elevam e a remuneração satisfatória dos seus títulos se reduzem.
 - C) os indivíduos retêm parcela de sua renda em função de gastos extraordinários, e que essa demanda precaucional por moeda depende das flutuações da taxa de juros e é inelástica em relação à renda.
 - D) quanto maior a taxa de juros e mais elevado o preço dos títulos, maior será a propensão dos indivíduos em manter os recursos na forma monetária, observando-se uma relação direta entre a demanda por moeda e a taxa de juros.
22. Considerando que, na economia do país, foram contabilizados, em um determinado período de tempo, um Produto Interno Bruto a preços de mercado de \$ 500.000.000,00; o valor em impostos indiretos de \$ 100.000.000,00; o total de \$ 80.000.000,00 em subsídios; uma depreciação dos bens de capital de \$ 25.000.000,00; um saldo líquido de renda líquida enviada ao exterior (lucros e *royalties*) negativo em \$ 5.000.000,00, o resultado equivalente ao Produto Nacional Líquido a custo de fatores é de
- A) \$ 450.000.000,00.
 - B) \$ 460.000.000,00.
 - C) \$ 470.000.000,00.
 - D) \$ 495.000.000,00.
23. O balanço de pagamentos é um registro estruturado de todas as transações de um país com os demais países do mundo. Entre as rubricas do balanço de pagamentos, é correto afirmar que a conta de transações correntes
- A) não inclui despesas governamentais com representações diplomáticas.
 - B) não inclui o direito sobre o uso de marcas, exploração de patentes ou direitos autorais.
 - C) inclui as contas da balança comercial, balança de serviços e transações unilaterais (sejam governamentais ou sejam privadas).
 - D) inclui os investimentos estrangeiros diretos, cujos prazos de permanência no país não sejam superiores aos dos empréstimos e financiamentos.
24. O objetivo da política fiscal é promover com eficiência o bem-estar da população, permitindo ao Governo a realização de ações de interesse da sociedade — a partir da eficácia na arrecadação tributária — necessárias às despesas orçamentárias. Se o Governo passa a realizar uma execução de gastos acima de sua arrecadação, adotando uma política fiscal expansiva, conseqüentemente
- A) deverá aumentar a receita tributária pela arrecadação de impostos para compensar o baixo nível de emprego dos fatores econômicos.
 - B) esse déficit será financiado pela emissão de títulos públicos para a expansão dos meios de pagamento, deslocando a curva de equilíbrio de mercado de bens e serviços (IS) para a esquerda.
 - C) haverá uma elevação da demanda agregada e isso poderá ocasionar uma pressão na demanda no mercado de bens e serviços com aumento nos preços.
 - D) haverá um superávit das contas públicas pela emissão monetária, elevando a taxa de juros e neutralizando o efeito da política fiscal restritiva do Governo.

25. A política monetária tem um importante papel de promover a estabilidade econômica do país. Acerca dos principais instrumentos de política monetária, o Banco Central tem a sua disposição
- A) a assistência financeira aos bancos comerciais por meio da taxa de redesconto, para cobrir eventuais problemas de liquidez decorrentes de menor demanda por empréstimos por parte do público.
 - B) as operações de compra e venda de títulos públicos por meio de “open market” como uma poderosa ferramenta de controle dos meios de pagamento, não impactando sobre a liquidez do sistema econômico e nem na composição dos ativos financeiros retidos pelo setor privado.
 - C) o depósito compulsório como mecanismo de ajuste das reservas bancárias, influenciando o multiplicador dos meios de pagamento.
 - D) o depósito compulsório, cuja elevação da alíquota representa uma estratégia de política expansionista, estimulando o crescimento da base monetária.
26. A interação entre a oferta e a demanda por moeda determina o equilíbrio no mercado monetário. A curva de equilíbrio desse mercado (curva LM) é representada pela combinação de
- A) investimento e níveis de renda.
 - B) poupança e investimento.
 - C) taxas de juros e investimento.
 - D) taxas de juros e níveis de renda.
27. A política cambial tem como objetivo equilibrar o mercado externo, mantendo equalizado o poder de compra do país em relação aos demais países com quem mantenha relação de troca. Uma desvalorização cambial em um país, desprezados os efeitos inflacionários entre os países, provoca na economia desse país o
- A) estímulo às exportações.
 - B) estímulo às importações.
 - C) estímulo aos empréstimos externos.
 - D) desestímulo à entrada de capitais estrangeiros.
28. A inflação em uma economia é caracterizada pela alta persistente e generalizada dos preços. Em períodos de inflação contínua em um país cuja política cambial não atue realizando periodicamente reajustes na taxa de câmbio, haverá
- A) um estímulo às exportações.
 - B) um estímulo às importações.
 - C) um estímulo à entrada de turistas estrangeiros no país.
 - D) um desestímulo aos cidadãos do país para a realização do turismo internacional.
29. O processo inflacionário pode produzir efeitos nefastos na economia de um país e suas causas podem ser decorrentes, por exemplo, de um fenômeno monetário, estruturas de produção ou imperfeições de mercado, caracterizando o tipo de inflação. Para contê-la, o governo pode utilizar-se do tabelamento de preços de determinados produtos, tornando-os artificialmente estáveis por período de tempo, levando a desequilíbrios na oferta, podendo gerar um outro tipo de inflação, caracterizada como inflação
- A) de demanda.
 - B) espiral.
 - C) inercial.
 - D) reprimida.

30. Na teoria do consumidor, uma curva de indiferença é definida como uma curva que representa um nível constante de satisfação ou o locus de pontos de combinação de quantidades de dois ou mais bens em relação aos quais o consumidor é indiferente. Nessa perspectiva, considere a curva de indiferença abaixo.



É correto afirmar que essa curva apresenta inclinação descendente, porque

- A) ambos os bens apresentam taxa marginal de substituição (MRS) negativa em todos os pontos por serem bens inferiores.
- B) o bem Y é um bem inferior, sendo menos desejado pelo consumidor à medida que a sua renda aumenta.
- C) o consumidor deseja consumir mais de um bem para compensar a redução no consumo de outro bem, mantendo o mesmo nível de satisfação.
- D) os indivíduos não estão dispostos a trocar bens que possuem em abundância por bens que possuem em menor quantidade.
31. Na teoria da firma, a produção é definida de forma bastante ampla, constituindo não apenas a manufatura mas também a estocagem, a venda a atacado, o transporte, a distribuição, as embalagens, os serviços advocatícios e quaisquer outros serviços necessários à operação da firma. Acerca da lei dos rendimentos marginais decrescentes observada nas funções de produção, como proposição empírica da realidade, é correto afirmar:
- A) a taxa de crescimento da produção passa a ser menor a cada unidade de capital adicional ao aumentar a mão de obra, desde que mantidos constantes os demais fatores de produção.
- B) a taxa resultante do aumento do produto irá diminuir à medida que são adicionados incrementos iguais de um insumo variável além de um certo ponto, desde que permanecidos constantes os demais insumos e mantido o mesmo nível tecnológico.
- C) o produto físico marginal será reduzido ao variar a tecnologia de produção e apenas um dos insumos, mantidos constantes os demais insumos.
- D) o rendimento do mesmo capital empregado na produção tende a diminuir quando mais de um fator de produção (mão de obra e tecnologia) tiver um incremento, como uma variação positiva na economia.
32. Uma firma em uma indústria de concorrência perfeita não influencia o preço do artigo vendido e, certamente, sempre optará pela taxa de produto que maximiza o seu lucro. Sob a abordagem marginal da receita e do custo de produção do artigo pela firma, a maximização do seu lucro será obtida com a taxa de produto em que
- A) o custo marginal é igual a zero.
- B) a receita marginal é igual ao custo marginal.
- C) a receita marginal é maior do que o custo marginal.
- D) a receita marginal é menor do que o custo marginal.

33. A crise do petróleo de 1973, provocada pelo grande desajuste da balança comercial dos países do Oriente Médio, principais fornecedores de petróleo ao Ocidente, diante da forte desvalorização da moeda norte-americana nos anos anteriores, somada a motivações políticas decorrentes da guerra árabe-israelense naquele ano, levaram à OPEP, Organização dos Países Produtores de Petróleo, a elevar sobremaneira o preço oficial do barril de petróleo. Entre as repercussões da crise na economia brasileira, é correto afirmar que:
- A) apesar do crescimento das despesas com importações, decorrentes do aumento exponencial do preço do petróleo no mercado mundial, não houve déficit na balança comercial de 1974, devido ao aumento quase simultâneo dos preços de produtos de exportação nacional, como o do café, que contribuía aproximadamente com um quinto da receita cambial.
 - B) os aumentos sucessivos dos combustíveis derivados do petróleo, principalmente da gasolina, contribuíram para mais que duplicar a taxa de inflação do ano de 1974 em relação a 1973.
 - C) o impacto nos preços dos combustíveis derivados do petróleo foi fortemente atenuado pelo grande desempenho da prospecção e produção de petróleo pela Petrobras, que, em detrimento de investimentos no setor petroquímico, nos últimos anos já vinha superando o crescimento da demanda decorrente da indústria automobilística.
 - D) os setores da indústria, como os de cimento, celulose e termoeletrônica foram duramente atingidos pelos altos preços do óleo combustível, para o qual não havia política de subsídios do governo.
34. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979) foi elaborado e implementado no Governo Geisel com o objetivo de proporcionar o crescimento econômico acelerado e o desenvolvimento do Brasil para que o país figurasse com uma potência emergente no contexto internacional. O plano promoveu, entre outros, o
- A) controle da inflação e dos déficits orçamentários, com baixas taxas de juros internos, devido à farta captação de recursos no exterior, no mercado de petrodólares, embora com agravamento do endividamento externo.
 - B) equilíbrio do balanço de pagamentos, não somente pela diminuição de importações mas também pelo crescimento das receitas de exportação no período.
 - C) processo de substituição de importações de bens de consumo duráveis, excetuando os setores de eletrônica pesada, insumos básicos e bens de capital.
 - D) Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), incentivando a produção e o uso do álcool pela indústria química e como combustível automotivo.
35. Nas análises de projetos de investimentos e de financiamentos, os conceitos elementares de matemática financeira constituem-se como ferramentas importantes para a conclusão dos méritos econômico e financeiro. Sobre o princípio de equivalência de capitais, é correto afirmar que dois capitais são equivalentes
- A) se apresentarem valores diferentes na mesma data, tendo incidido sobre eles uma mesma taxa de juros.
 - B) se, com a mesma taxa de juros, forem levados a uma mesma data e resultarem em valores iguais.
 - C) se forem capitalizados a datas diferentes, com taxas de juros também diferentes, e apresentarem o mesmo resultado.
 - D) se tiverem valores iguais em datas diferentes, após serem transportados por taxas de juros equivalentes.

36. A orçamentação de capital é o processo de análise e seleção de oportunidades de investimento de capital por meio de um conjunto de métodos que possibilitam medir a rentabilidade e outras variáveis importantes ao processo decisório de implementação de projetos. O método de avaliação de investimento de capital que considera implicitamente que os fluxos de caixa gerados pelo projeto são reinvestidos no próprio projeto é denominado
- A) Custo anual equivalente.
 - B) Índice custo-benefício.
 - C) Taxa interna de retorno.
 - D) Valor presente líquido.
37. A Lei 4.320/64, disciplina a elaboração e o controle dos orçamentos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Estabelece, entre outros dispositivos, que
- A) a liquidação da despesa consiste na extinção do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
 - B) é vedado aos municípios, no mesmo período, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito, exceto nos casos comprovados de calamidade pública.
 - C) o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos, exceto nos casos comprovados de calamidade pública, não havendo necessidade de abertura de créditos extraordinários para esses casos.
 - D) para cada empenho, será extraído um documento denominado "nota de liquidação", que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria, caracterizando o primeiro estágio da execução do orçamento público.
38. A responsabilidade na gestão fiscal, nos termos da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, pressupõe a ação planejada e transparente em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Em relação à previsão e à arrecadação da receita pública, é correto afirmar que
- A) as previsões de receita serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos quatro anos.
 - B) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
 - C) o Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais poderes e do Ministério Público, no mínimo vinte dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
 - D) o montante previsto para as despesas de capital não deverá ser igual ou superior ao das receitas de operações de crédito constantes do projeto de lei orçamentária.

39. A Lei Nº. 6.325/2011, que instituiu o novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Natal, dispõe que
- A) além do vencimento e das vantagens previstas nessa lei, os servidores poderão fazer jus ao adicional por tempo de serviço, a título de anuênio, à razão de um por cento (1,0%) por cada ano de serviço público.
 - B) os percentuais do Adicional por Titulação não são acumuláveis e serão automaticamente incorporados à remuneração do servidor, inclusive para fins previdenciários, sempre pelo maior percentual em decorrência do grau de educação formal obtido.
 - C) o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo poderá obter progressão funcional antes da conclusão do estágio probatório, desde que tenha atingido pontuação mínima na avaliação de desempenho.
 - D) será considerado como de efetivo exercício no cargo, para efeito de progressão funcional dos atuais ocupantes de cargos de provimento efetivo, o tempo relativo à licença para o exercício de mandato eletivo, federal, estadual ou municipal.
40. O Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal é o instrumento que delinea as atribuições dos órgãos do Poder Legislativo, contemplando as suas funções legislativas, fiscalizadoras e administrativas. Acerca das legislaturas e das sessões legislativas, esse Regimento estabelece que
- A) a legislatura se instala com sessão especial de posse dos vereadores; imediatamente após a investidura, proceder-se-á à eleição da Mesa Diretora, em votação nominal secreta.
 - B) a sessão especial de posse dos vereadores, no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao das eleições municipais, será presidida pelo vereador mais antigo, sendo obrigatório quórum qualificado, com no mínimo de 2/3 dos vereadores eleitos, para ser iniciada, servindo de secretários dois vereadores de legendas diferentes, entre os mais votados.
 - C) o prefeito dará posse à Mesa Diretora da Câmara Municipal, composta do presidente, secretários e seus substitutos, na primeira sessão legislativa, realizada no dia 1º de janeiro do ano seguinte ao das eleições parlamentares municipais.
 - D) no primeiro ano de cada Legislatura, a Câmara Municipal do Natal realizará curso sobre noções básicas de Direito Constitucional, Administrativo e Tributário, Técnica Legislativa, Lei Orgânica do Município do Natal e Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal para os vereadores que exercerão o seu primeiro mandato nessa Casa Legislativa.